

PRONERA, FERRAMENTA DE MUDANÇA SOCIOAMBIENTAL NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO

Marisela Garcia Hernandez¹, Jucemary Araújo²

Uma única sala de aula, um professor para todas as séries iniciais do ensino fundamental, remuneração inadequada, formação acadêmica deficiente, com pouca ou nenhuma possibilidade de qualificação permanente, infraestrutura precária, inexistência de projeto político pedagógico que considere as necessidades de desenvolvimento sustentável, são características da realidade que predomina na maioria das escolas rurais brasileiras.

O presente artigo tem por objetivo ilustrar a importância de uma política pública de educação, que contribua na implementação de práticas agroecológicas, por meio da formação dos assentados da reforma Agrária. Para isso, o artigo inicia apresentando uma breve contextualização histórica do surgimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), para posteriormente abordar, de forma sucinta, a situação e os frutos deste Programa no Estado do Paraná. Finalmente citamos os principais entraves a serem vencidos, visando ao fortalecimento do Programa.

Muito recentemente o Estado brasileiro passou a considerar a necessidade de criação de diretrizes específicas para a educação para o campo. Na década de 1990 inicia-se o debate político pedagógico sobre a educação no campo, tendo sua origem nas experiências de escolarização de crianças, jovens e adultos em acampamentos e assentamentos da reforma agrária. A partir deste momento a educação para o campo entra na agenda política nacional (ANDRADE e DI PIERO, 2003).

Em 1998, a articulação entre movimentos sociais do campo, organizações governamentais e não governamentais, a Universidade de Brasília, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Fundo das Nações

¹ Economista, mestre em desenvolvimento econômico pela UFPR. Pesquisadora convidada.

² Bióloga, servidora pública do INCRA/PR.

Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), promoveu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, que deu destaque à falta de políticas educacionais para o campo, evidenciando as condições precárias de escolarização, na maioria das vezes, restrita ao ensino de nível básico, com frágil acesso à escolarização de nível médio e superior, e apontou a necessidade de construção de um novo projeto de educação do campo, como estratégia de inclusão social.

Foi nesse contexto que nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)³, visando implementar ações educativas para a população dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

O PRONERA⁴, atualmente vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é definido como política pública de educação, voltado para trabalhadores das áreas de reforma agrária (Manual Operacional do PRONERA, 2004)⁵.

No momento de criação do PRONERA, a prioridade recaíram sobre as ações de alfabetização e educação básica de jovens e adultos desenvolvidas nas áreas de assentamentos e acampamentos. A concepção de educação do campo presente nesses cursos já incluía a preocupação com a conservação e recuperação ambiental; no entanto, sua base teórico-conceitual não tinha sido construída.

³ Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n.º 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o PRONERA e aprovou seu primeiro Manual de Operações.

⁴ Em 2001, o Programa foi incorporado ao INCRA, e pela Portaria/INCRA/n.º 837, foi aprovado o segundo Manual de Operações. Em 2004 foi elaborado o terceiro Manual de Operações, aprovado pela Portaria/INCRA/n.º 282 de 16/04/2004. (Manual de Operações do PRONERA, disponível em http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=141).

⁵ Segundo o Manual Operacional do PRONERA (2004), os objetivos deste Programa são:

a) garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados(as) nas áreas de Reforma Agrária; b) garantir a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária; c) garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores(as) de jovens e adultos – EJA – e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária; d) garantir aos assentados(as) escolaridade/formação profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento; e) organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do Programa; f) promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo.

No contexto da discussão de um projeto sustentável para o campo, nasceram os primeiros cursos técnicos profissionalizantes vinculados à área agrônômica e ao gerenciamento de cooperativas⁶. Era preciso avançar na formação e educação dos assentados para impulsionar novas experiências nas áreas conquistadas pela reforma agrária, deixando para trás o uso de defensivos e adubos químicos, a devastação de florestas e a compra de alimentos na cidade. Segundo Periotto e Martins de Souza (2007) esta escolha obedece

... ao desafio da organização do processo de trabalho no campo, envolvendo a cooperação (elevação da produtividade social do trabalho e melhor aproveitamento dos meios de produção) e a adoção de sistemas de produção baseados em tecnologias apropriadas (o que evidencia a potencial contribuição da agroecologia) ...

A luta pelo acesso à educação baseada nos princípios da agroecologia, contrapondo-se ao paradigma tecnológico originado da Revolução Verde, ganhou impulso na medida em que era compreendida sua contribuição para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos assentados.

A proposta agroecológica dos cursos do PRONERA vinculados a área agrônômica – denominados na maioria das vezes como cursos técnicos ou tecnólogos em agroecologia – é um dos principais elementos distintivos em relação aos cursos ofertados pelo Sistema Nacional de Educação Tecnológica⁷.

⁶ Posteriormente, foram criados os “cursos técnico em saúde comunitária” e “técnico em comunicação social”, entre muitos outros.

⁷ Em relação aos cursos do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, podemos mencionar as antigas Escolas Agrotécnicas Federais; os Centros Federais de Educação Tecnológica, CEFETs, hoje membros da UTF; as Escolas Técnicas, anteriormente vinculadas às Universidades Federais, transformadas em Institutos Federais, pela Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O PRONERA NO ESTADO DO PARANÁ

Em levantamentos realizados nos arquivos do INCRA na Superintendência do Estado do Paraná, no período de julho a agosto de 2010, verificou-se que as ações do PRONERA no Estado tiveram início em 1999, mediante a promoção de cursos de alfabetização e ensino fundamental voltados para jovens e adultos. As ações, que atenderam 1.477 alunos⁸, foram realizadas por meio de convênios com universidades estaduais e federais e suas fundações, sendo os parceiros a Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social (ITEDES), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico (FADEC), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura (FUNPAR).

A partir do ano de 2003, atendendo às demandas dos assentados, os projetos encaminhados ao INCRA pelas instituições de ensino, para financiamento via PRONERA, passaram a apresentar propostas de cursos de nível médio/técnico e cursos de nível superior. Entre os anos de 2003 e 2008 foram formados 200 alunos nos cursos Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia e Técnico em Agroecologia⁹. Tais cursos foram realizados por meio de convênios com a FUNPAR, sendo a UFPR, por meio da sua Escola

⁸As Universidades coordenaram os cursos e planejaram as atividades, sua contribuição foi a atuação de seus docentes, funcionários e alunos; contudo, não é possível aferir o valor desta contribuição, uma vez que não havia a necessidade de registro e apresentação dessa informação. Segundo o Artigo 27, parágrafo 3º, inciso IV da Lei n.º 9.692 (LDO 98), transferências voluntárias que visavam atender Programas de educação fundamental prescindem de contrapartida do conveniente. Para o financiamento de despesas dos cursos de alfabetização e ensino fundamental foi repassado pelo INCRA o montante de R\$ 911.800,00.

⁹Os projetos apresentados após 2005 já visavam à formação de técnicos em agroecologia; essa modificação foi proposta pela Escola Técnica da UFPR para que ficasse clara a vinculação do curso com práticas agrícolas sustentáveis.

Técnica, a executora. Entre 2009 e 2010, foram formados 52 Técnicos em Agroecologia em cursos realizados em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR)¹⁰.

No período compreendido entre 2003 e 2009, foram formados 204 alunos em cursos de graduação e pós-graduação. Foram oferecidos os cursos de Especialização em Educação do Campo e Especialização em Agricultura Familiar¹¹, que formaram 124 alunos, realizados por meio de convênio com a FUNPAR, sendo executados pela UFPR. Em parceria com o IFPR, foram formados 45 alunos em Tecnologia em Agroecologia, e em Parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEP), 35 alunos foram formados em Pedagogia para Educadores do Campo¹².

Em resumo, no período compreendido entre 1999 e agosto de 2010, somando-se todas as ações do PRONERA no Estado, 1.933 alunos foram formados, e o montante de recursos investidos pelo governo federal, por meio do INCRA, foi de R\$ 5.228.752,86, o que representa um investimento médio de R\$ 2.700,00 reais por aluno.

Atualmente, seis cursos estão em execução no Paraná, sendo três de nível médio/técnico e três de nível superior. Os cursos de nível médio/técnico atendem a 110 alunos¹³. Os cursos superiores atendem a 83 alunos¹⁴.

¹⁰ Contando com um investimento por parte do INCRA de R\$ 2.451.589,4 e com um investimento dos parceiros, contabilizado com base na remuneração de seus docentes e funcionários, num total de R\$ 526.498,56.

¹¹ Esse curso foi oferecido para alunos egressos de cursos de agronomia e visava à formação de profissionais especializados na assistência técnica voltada a agricultores familiares.

¹² O investimento por parte do INCRA para cursos de graduação e pós-graduação foi de R\$1.865.363,46, e o montante disponibilizado pelos parceiros na realização desses cursos, em bens e serviços de seus docentes totalizou R\$ 619.471,78.

¹³ Para as ações em execução de nível médio/técnico foram investidos no exercício de 2009 R\$ 96.920,00 e em 2010 R\$ 423.445,06.

¹⁴ Para as ações em execução de nível superior foram investidos no exercício de 2009 R\$ 254.503,76, e em 2010, R\$ 374.637,28.

O número de alunos formados e em formação, assim como o investimento realizado nos cursos, é pouco ilustrativo em termos de resultados se comparados com as consequências derivadas da sua execução.

Dentro do limite do enfoque deste artigo, buscando mapear a relevância dos cursos realizados via PRONERA para a busca de práticas ambientais e produtivas mais harmônicas nos assentamentos da Reforma Agrária, foi realizada pesquisa¹⁵ com alunos egressos de cursos técnicos em agroecologia realizados no Estado do Paraná, entre os anos de 2007 e 2010. Esses cursos foram escolhidos por terem uma interferência direta nas formas produtivas dentro dos assentamentos¹⁶.

Dentre os motivos que levaram os estudantes¹⁷ a procurar os cursos de agroecologia do PRONERA, podemos citar a falta de alternativas de escolarização na área rural; a qualidade dos cursos, uma vez que são fornecidos por instituições públicas de ensino superior; o fato de a metodologia considerar aspectos da realidade rural, e o incentivo por parte dos familiares¹⁸, na tentativa da permanência dos filhos no campo.

Antes do curso, embora alguns alunos conhecessem práticas tradicionais harmônicas de produção aprendidas com os pais, não as valorizavam devidamente, ou não as relacionavam com perspectivas de aumento de renda e sustentabilidade socioambiental.

¹⁵ Para a realização deste trabalho foram consultados projetos básicos e ementa dos cursos, relatórios de acompanhamento, registros de visitas a lotes familiares, pareceres sobre a realização dos cursos conclusivos e diferentes documentos referentes aos cursos já realizados que estão arquivados na Superintendência do INCRA no Estado do Paraná.

¹⁶ No que se refere aos demais cursos, e especialmente ao de alfabetização, mensurar as conquistas de um adulto, que aprende a ler e passa a ter outra perspectiva em relação ao mundo, é um procedimento bastante delicado e, em nosso entendimento, impossível de ser avaliado em toda sua complexidade.

¹⁷ Os estudantes dos cursos técnicos em agroecologia são em sua maioria homens, filhos de assentados, com média de idade de 24 anos (no momento do curso), cursaram o ensino fundamental em escolas rurais e apresentam uma formação básica deficitária, em particular no domínio da norma culta da língua portuguesa e dificuldades na área de exatas.

¹⁸ Esse fator é relacionado aos estudantes do sexo masculino, diferentemente das mulheres que na maioria das vezes não contam como o incentivo dos familiares, em particular pela concepção relacionada ao papel social da mulher vigente no meio rural. Além disso, há casos em que os familiares não apoiam a matrícula e continuidade dos alunos no curso.

A condição de vida das famílias do meio rural, permeada pela falta de acesso a serviços públicos básicos; a falta de alternativas de recreação e lazer; as dificuldades do lote¹⁹, muitas vezes com dívidas, com produção no modelo convencional, com manipulação de agrotóxicos, que torna o trabalho penoso; as dificuldades para a comercialização e mesmo a impossibilidade de inserção num mercado adequado a agricultores familiares acabam por desestimular a permanência no meio rural, fazendo com que a vida no campo pareça para o jovem antiquada e inviável, motivos esses que levam ao êxodo.

A situação acima exposta pode ser muito bem ilustrada no depoimento de um estudante do Assentamento Quinhão 1G, segundo o qual, após completar 18 anos, sua única intenção era ir para a cidade, procurar emprego como pedreiro, ganhar salário para ter um carro e uma moto. A única alternativa de geração de renda que encontrava para o lote era o plantio de eucalipto.

A ideia de desenvolvimento, de progresso, não estava relacionada à permanência no campo, mas à busca de emprego nas cidades. Esta concepção também pode ser fruto da educação que o jovem usufruiu durante toda a sua vida, uma educação realizada no campo, mas que na maioria das vezes não se preocupa em trabalhar com as questões inerentes ao campo.

Ao longo dos cursos, duas importantes mudanças são observadas nas concepções dos estudantes: a primeira relacionada às novas perspectivas de exploração do lote, mais sustentáveis e lucrativas, baseadas no aproveitamento dos serviços ambientais; a segunda, talvez consequência da primeira, à vontade de permanecer na unidade de produção agrícola.

Essas mudanças estão relacionadas à formação diferenciada com base na agroecologia, na qual o ambiente passa a ser visto como aliado e não como vilão. As novas práticas incluem a construção de propostas produtivas mais sustentáveis com base na ampliação da visão sistêmica da exploração

¹⁹ Lote pode ser definido como unidade de produção agrícola familiar em assentamentos da reforma agrária.

agrícola, utilizando os benefícios econômicos e ambientais da policultura, da exploração simultânea da lavoura e da pecuária aliadas ao extrativismo vegetal, ao sistema agrossilvopastoril e agroflorestal, entre outros.

Os cursos técnicos em agroecologia apresentam disciplinas voltadas para as principais culturas da região em que são ministrados²⁰ e procuram focar a vocação produtiva de cada assentamento, de acordo com a procedência dos estudantes matriculados. Da mesma forma, os trabalhos de conclusão de curso são orientados para serem realizados a partir de experiências e demandas concretas da suas comunidades.

Em um curso técnico concluído em julho de 2010, cerca de 65% dos trabalhos de conclusão apresentavam propostas de modificação de áreas de pastagens com implantação do Pastoreio Racional Voisin (PRV), em sua maioria, já com a implantação iniciada, levando em conta todos os seus aspectos de manejo. Esse curso foi realizado no município de Rio Bonito do Iguacu, incluído no Território da Cidadania do Cantuquiriguaçu, que conta com 46 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, que têm a atividade leiteira como principal fonte de renda.

Mas, sempre há resistências, e a adoção de práticas de produção agroecológicas não foge à regra. Como foi verificado no depoimento do estudante A. do projeto de assentamento Dorcelina Folador, *“os agricultores têm muita pressa e não estão dispostos a esperar para ver os resultados da prática agroecológica, pois os resultados da agricultura convencional são imediatos, embora não sejam duradouros”*. A inserção de adubação química numa área produzirá resultados mais rápidos do que a implantação da adubação verde, rotação e consórcios de culturas.

O longo prazo para a obtenção de resultados visíveis após a implantação de experiências agroecológicas pelos estudantes, em formação

²⁰ Há o oferecimento de cursos nas regiões Oeste, Central e Norte do Estado do Paraná.

ou já formados, pode prejudicar a credibilidade nas novas formas de produção, afetando sua contribuição para a melhoria das práticas e o desenvolvimento dos assentamentos.

Diante dessa constatação de resistência e descrença, há espaço nos cursos para a discussão de formas de abordagem do agricultor, focando a necessidade de construção de práticas de manejo peculiares a cada lote, levando em conta os conhecimentos da família de agricultores e suas experiências de vida.

A formação de jovens de áreas de assentamento possibilita que a transformação das práticas de produção seja construída pelos agricultores, que em seu dia a dia vivenciam as práticas, buscando transformá-las. A experiência realizada em um lote pode servir de exemplo aos demais assentados, que num primeiro momento se mostraram temerosos e receosos. Dessa forma, é possível obter um efeito multiplicador de práticas agroecológicas.

Em um universo de cerca de 19 mil famílias assentadas no Estado do Paraná, a formação de 252 técnicos de nível médio é ainda bastante incipiente para possibilitar a propagação de novas práticas de produção, mas é nos lotes desses estudantes que se pode ver a procura por mudanças, a preservação de nascentes e de áreas de reserva, o incômodo com a agricultura convencional, suas práticas e insumos, e é a partir desses questionamentos que se pode construir uma nova realidade.

Os processos educativos têm um papel fundamental na conservação e recuperação ambiental. Nesse sentido, os cursos em agroecologia ofertados pelo PRONERA, apesar de nem sempre conseguirem concretizar sua proposta diferenciada, representam para o Estado, em particular para o INCRA e as Universidades, uma valiosa e real oportunidade para concretizar novas experiências de manejo sustentável dos recursos naturais junto aos assentados, de forma a fomentar a proteção e recuperação ambiental nos projetos de assentamento da Reforma Agrária, cumprindo com seu compromisso legal e social junto à população brasileira.

ENTRAVES E PERSPECTIVAS

Mesmo diante da pertinência educativa, ambiental e econômica, e da evidente necessidade de execução de cursos do PRONERA, este Programa enfrenta inúmeros problemas que vêm dificultando, particularmente nos últimos anos, a concretização da proposta, tanto em termos quantitativos como qualitativos, gerando inclusive incerteza no que se refere a sua continuidade.

O manual operacional do PRONERA vigente, informa que: “*o PRONERA nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social*”, e, em diversos outros momentos, reafirma a necessidade de realização das ações como fruto de uma parceria entre diferentes atores²¹. Contudo, na formalização legal das parcerias, na estipulação de competências e definição de ações em projetos básicos e planos de trabalho, a determinação da atuação de cooperativas, associações, movimentos sociais e outras instituições não governamentais fica prejudicada pela impossibilidade de contribuição econômica, mensuração de sua contribuição em serviços ou adequação dessas instituições para ações financiadas por recursos públicos.

Há inconsistência entre a orientação do Manual e a possibilidade real e legal em relação à execução dos cursos, e essa dicotomia acaba gerando orientações inadequadas aos parceiros tornando inviável a proposta de realização de um curso em que haja contribuição de diferentes setores da sociedade.

A falta de servidores e de equipe interdisciplinar com formação adequada para a implementação e o acompanhamento efetivo do Programa no INCRA mostra-se como mais uma dificuldade. Isso provoca, entre outras consequências, a precariedade na gestão das ações, a morosidade na realização de análise e definições de encaminhamentos, acarretando o atraso no repasse de recursos, com a consequente quebra de continuidade dos cursos, aprofundando as dificuldades em relação à assimilação dos conteúdos ministrados, assim como elevando o índice de evasão escolar.

²¹ Essa parceria foi, inclusive, durante os primeiros 10 anos do Programa, condição indispensável para a aprovação do curso.

Entre os anos de 2003 e 2010, dos 480 alunos que iniciaram cursos técnicos somente 252 concluíram seus estudos, o que indica uma evasão de 52%. Já nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, que apresentaram menor atraso em sua execução, dos 255 estudantes que iniciaram os cursos, 204 se formaram, sendo o percentual de evasão de 20%, índice muito menor do que o apresentado nos cursos de ensino médio/técnico.

A concorrência entre educação e trabalho, a dificuldade dos estudantes no acompanhamento dos conteúdos das disciplinas, devido à formação precária recebida durante toda sua vida escolar; as frequentes interrupções²² do processo de escolarização, oriundos da não liberação de recursos financeiros particularmente devido aos entraves legais e administrativos²³, são as principais causas de desmotivação e desistência dos estudantes, segundo consulta às justificativas apresentadas no momento de abandono do curso.

A descontinuidade da realização do curso, além da perda para a construção de conhecimento do aluno, também apresenta outra grande implicação, a desvalorização do Programa e dos cursos por ele implementados entre os assentados e as entidades parceiras, em particular as instituições de ensino superior. Muitos assentados não acreditam em formas de produção que não as convencionais e os alunos têm, muitas vezes, de convencer sua família a deixá-los participar do curso, pois sua saída para estudar representa diminuição da mão de obra no lote familiar. Com a grande demora na retomada das atividades e conclusão do curso, toda a proposta fica desacreditada e não se obtém o principal resultado esperado, a adequada formação de técnicos que possam contribuir para a melhoria da produção e o desenvolvimento dos assentamentos.

²² O atraso no repasse dos recursos chegou a ocasionar a interrupção dos cursos em até 10 meses.

²³ Atualmente, cinco dos seis cursos em execução no Paraná são realizados por meio de termos de cooperação, forma de parceria estabelecida pela Portaria Interministerial n.º 27/2008, ainda não regulamentada pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o que gera dificuldades relativas aos procedimentos administrativos para a gestão dos cursos.

O reduzido valor aluno/ano²⁴ também é um entrave à execução dos cursos. Uma vez que a proposta pedagógica do PRONERA prevê períodos de tempo escola e períodos de tempo comunidade²⁵, o montante de recursos é insuficiente para o financiamento do total das despesas do curso, em particular os relacionados à hospedagem e alimentação, dificultando a contratação desses serviços²⁶. No momento, os valores aluno/ano previsto para cada curso estão em revisão.

Apesar de todas as dificuldades acima relatadas na operacionalização do Programa, o PRONERA apresenta-se como uma das poucas ferramentas de inclusão socioeducativa dos assentados, em particular dos jovens, e de implementação de práticas agroecológicas nas áreas de reforma Agrária. Para minimizar ou reverter o quadro de dificuldades acima exposto, intimamente relacionado ao elevado nível de evasão e desqualificação da proposta, e buscando fortalecer o Programa, torna-se imperativo a *vontade política* de levar adiante o PRONERA, viabilizando em tempo oportuno os recursos²⁷, e trabalhando para a superação dos entraves legais e administrativos, entre outras dificuldades.

²⁴ Para todas as regiões, com exceção da Norte que possui valores diferenciados dado suas peculiaridades, os valores aluno/ano previstos para os cursos financiados pelo PRONERA são: alfabetização R\$800,00; séries iniciais do ensino fundamental R\$900,00; séries finais do ensino fundamental R\$1.000,00; ensino médio R\$3.800,00; médio integrado a ensino técnico R\$4.000,00, graduação em ciências humanas R\$ 4.500,00; graduação em ciências agrárias R\$4.800,00. Esses valores foram definidos pela Norma de Execução/ INCRA/n.º 73/2008.

²⁵ No tempo escola o estudante acompanha disciplinas e oficinas teórico-práticas, em regime de internato. No tempo comunidade retorna ao assentamento e realiza experiências conforme orientação do curso.

²⁶ A Coordenação Nacional de Educação do Campo e Cidadania, INCRA-Brasília, define os valores aluno/ano de cada curso e tem se empenhado na realização de pesquisas que possam estipular o valor para a educação de um aluno com todas as despesas custeadas. Contudo, a maioria das instituições de ensino tem dificuldade em fornecer valores que informem os custos globais, incluindo o trabalho docente, a valoração dos espaços utilizados, a manutenção dos espaços com pessoal e material de limpeza, além do não custeamento de despesas pessoais dos alunos, como moradia e alimentação, que normalmente não são custeadas pelas entidades públicas.

²⁷ A restrição da dotação orçamentária do PRONERA, assim como a sua dificuldade de operacionalização, está relacionada à concepção de que o Programa está sob forte influência dos movimentos sociais .

O fortalecimento do PRONERA também passa pela superação de dificuldades no estabelecimento de parcerias entre o INCRA, as instituições de ensino, as associações e os movimentos sociais, entre outros. A parceria é condição indispensável para implementação do Programa, para tanto, deve ser entendida como uma ação compartilhada em que as partes envolvidas pautam-se pelos objetivos comuns. É necessário o reconhecimento das lógicas distintas dos parceiros advindas de trajetórias e formas de agir diferenciadas.

Trata-se de um Programa de abrangência nacional, que permite a realização de cursos direcionados à mudança na concepção de exploração dos recursos naturais, procurando atender às necessidades de produção, organização e sustentabilidade socioambiental por meio da formação técnica profissional de público específico oriundo de áreas de assentamento. Uma vez qualificado, o Programa deve aumentar o número de assentados atendidos, buscando satisfazer expressivamente a demanda por uma educação adequada às necessidades das áreas de reforma agrária.

O PRONERA contribui para enraizar o homem no campo, privilegiando a aprendizagem que valoriza a cultura e o cotidiano rural de jovens e adultos, (re)construindo suas identidades e fortalecendo o reconhecimento do campo como lugar de vida e trabalho.

Assim, este Programa apresenta-se como ferramenta de intervenção educativa articulada à Política de Reforma Agrária, a ser desenvolvido como parte integrante de um projeto mais amplo de desenvolvimento rural sustentável. A superação de suas principais dificuldades significa dar ao PRONERA status de política prioritária, permanente e continuada, baseada no seu diferencial e na sua capacidade de intervenção na mudança socioambiental nas áreas de assentamento.

REFERÊNCIAS

A PESQUISA NAS ESCOLAS TÉCNICAS DE AGROECOLOGIA DO MST NO PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES DO DIÁLOGO DE SABERES. GUHUR Dominique Michéle Perieto e SILVA, Irizelda Martins de Souza. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org/.../Dominique_Guhur_e_Irizelda_Silva_A_pesquisa_nas_escolas_tecnicas_do_MST_no_Parana_texto_completo.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA EM PERSPECTIVA. Dados básicos para uma avaliação. Márcia Regina Andrade, Maria Clara Di Pierrô. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/downloads/ensaio_introdutorio.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2010.

Manual de Operações do PRONERA, INCRA. Disponível em: <www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=141>. Acesso em: 02 de agosto de 2010.